



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

29/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

O “arrastão pericial” continua

Vale recordar que desde 2019, primeiro por uma medida provisória que acabou em um projeto de lei aprovado, os tecnocratas instituíram o tal “pente fino”, que prefiro chamar de “arrastão pericial”. Quanto ao auxílio-doença, se estiver sendo pago por mais de dois anos sem a ocorrência de qualquer perícia, é lógico que o beneficiário deve ser convocado. Por mais de dois anos sem perícia, trata-se apenas da incompetência do INSS, sem precisar de nova lei para que cumpra suas obrigações. A autarquia deve convocar para a perícia, e, a partir daí, definir: ou o beneficiário retorna ao trabalho, com as devidas reabilitações profissionais, ou se aposenta por invalidez.

Porém, em relação à cassação de aposentadorias por invalidez – até com concessão há mais de uma década –, é maldade pura. Se fosse exatamente um pente fino, cortando benefícios concedidos mediante fraude, seria preciso ir fundo e denunciar. Trata-se apenas de contenção de despesas da Previdência Social à custa do sofrimento de muitos trabalhadores que seguem incapacitados para o trabalho, física, social e profissionalmente.

Além da inexistência de qualquer reabilitação profissional que, no mínimo, preparasse trabalhador para o retorno à atividade, a indústria química em Cubatão reduziu-se muito; a própria empresa em que nosso amigo trabalhava abriu falência há mais de cinco anos. Temos simplesmente mais um desempregado e sem qualquer possibilidade, seja pela idade ou mesmo por sua condição física, de reintegrar o mercado de trabalho.

Saiba mais em: *A Tribuna, Colunista: Sergio Pardal Freudenthal, segunda-feira 29 de novembro.*

Paim manifesta preocupação com nova proposta de reforma trabalhista

Em pronunciamento na quinta-feira (25), o senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com o anúncio de que o governo federal pretende apresentar outra proposta de reforma trabalhista — sob a justificativa de que seria necessária para combater a informalidade e gerar emprego.

Para o senador, retirar direitos dos trabalhadores é inaceitável. Ele lembrou que a proposta da chamada Carteira Verde e Amarela já foi derrotada pelo Senado no momento em que a Casa rejeitou a Medida Provisória (MP) 1.045/2021.

Paim ressaltou que as centrais sindicais emitiram nota discordando do governo, mas mostraram-se dispostas ao diálogo. Ele leu trecho da nota na qual os sindicalistas afirmam que, “para gerar emprego digno e melhorar as condições de trabalho, é preciso investir em infraestrutura, em setores intensivos de mão de obra e dar atenção especial às micro e pequenas empresas”.

O senador também afirmou que a reforma trabalhista de 2017 não gerou empregos nem renda, como diziam os seus defensores. E citou dados divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para apontar que no mês de outubro deste ano “se chegou, com muita tristeza, a um dado assustador: em 70,1% das negociações coletivas, o reajuste dos salários ficou abaixo da inflação, ou seja, os trabalhadores tiveram perda nos seus salários”.

Saiba mais em: *CNTI, segunda-feira 29 de novembro.*

Advogados projetam aumento de ações trabalhistas em 2022

Depois do aumento no volume de ações trabalhistas por causa da pandemia, advogados que acompanham o assunto projetam uma nova onda de processos envolvendo, principalmente, problemas com horas extras e exigência de vacinação em 2022.

Até agora, as questões relacionadas a demissão por falta de estrutura para a atividade remota, além do direito à desconexão do trabalho, se destacaram no cenário da pandemia, segundo Priscilla Carbone, sócia de direito trabalhista do Madrona Advogados.

Rafael Ferraresi, do Ferraresi Cavalcante Advogados, cita também as discussões trabalhistas sobre o home office, já que muitos profissionais demitidos resolveram entrar com ações relacionadas a horas extras.

Saiba mais em: *Folha de São Paulo, segunda-feira 29 de novembro.*

Nova variante da Covid derruba bolsas, petróleo e criptomoedas

O temor de que uma nova variante do coronavírus possa ser resistente a vacinas, o que exigiria medidas de contenção que vão afetar a economia, abalou mercados financeiros pelo mundo nesta sexta-feira (26), provocando fuga de ativos considerados mais arriscados. Bolsas, câmbio, criptomoedas, juros futuros e preços de commodities, especialmente o petróleo, foram afetados.

O Ibovespa, índice de referência para a Bolsa de Valores brasileira, caiu 3,39%, a 102.224 pontos. O dólar comercial fechou em alta de 0,53%, a R\$ 5,5950. Na máxima do dia, a divisa chegou a saltar a R\$ 5,6730.

As commodities mais importantes para o mercado brasileiro também sofreram impacto, com destaque para a forte queda do petróleo. O barril do Brent afundou 11,55%, a US\$ 72,72 (R\$ 406,20), a menor cotação desde 9 de setembro, quando a commodity fechou em US\$ 71,45.

Poucas empresas escaparam da queda generalizada do mercado de ações do país, mas o impacto foi maior nas companhias mais vulneráveis a eventuais medidas de restrição de circulação, com destaque para os setores de transporte, aviação, turismo e varejo.

O tombo de 3,39% na Bolsa brasileira foi menor do que o esperado, segundo Jansen Costa, sócio-fundador da Fatorial Investimentos.

Isso pode indicar que a deterioração do mercado doméstico que já estava em curso –o Ibovespa recuou 14% neste ano– deixou pouca margem para investidores realizarem lucros neste momento de estresse, de acordo com o analista.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 27 de novembro.

Famílias chefiadas por mulheres e negros são as que mais perderam qualidade de vida

Em um contexto de desigualdade social no Brasil, famílias chefiadas por mulheres, pretos, pardos e pessoas com menos escolaridade e renda sofrem uma perda maior de qualidade de vida.

Entre 2017 e 2018, o Brasil teve IPQV de 0,158. À época, o país ainda sofria os reflexos da recessão econômica registrada nos anos anteriores.

Na divisão por grupos, é possível observar que a perda de qualidade de vida foi maior nas famílias chefiadas por mulheres (0,169) do que naquelas com homens como pessoas de referência (0,151).

A diferença também aparece no recorte por cor ou raça. Segundo o estudo, famílias chefiadas por pretos e pardos tiveram um IPQV estimado em 0,185, maior do que o dos brancos (0,123) e 17% acima do valor nacional (0,158).

A perda de qualidade de vida também muda conforme a educação e a renda da população.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 27 de novembro.

Conta de luz de famílias de baixa renda não terá cobrança adicional em dezembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou na noite desta sexta-feira, 26, que as famílias de baixa renda inscritas no programa Tarifa Social não vão pagar taxas adicionais nas contas de luz em dezembro. A bandeira verde não era acionada desde novembro de 2020. No ano passado, o órgão isentou todos consumidores da cobrança por alguns meses, por conta dos efeitos da pandemia da covid-10.

Com essa bandeira, que indica condições favoráveis de geração de energia, não há acréscimos na tarifa", explicou à agência reguladora em nota.

Para os demais consumidores do Sistema Integrado Nacional (SIN) segue em vigor a bandeira de escassez hídrica, com cobrança de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

O novo patamar da bandeira tarifária foi criado pelo governo por conta da grave escassez nos principais reservatórios do País. O objetivo da faixa é bancar o acionamento de usinas térmicas, que geram uma energia muito mais cara, e as demais medidas adotadas para garantir o fornecimento de energia. Os recursos, no entanto, não serão suficientes.

"Isso significa que as famílias de baixa renda, inscritas no programa de Tarifa Social, pagam as bandeiras com os mesmos descontos que já possuem nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo", informou a Aneel em nota.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 27 de novembro.